

6º COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS

Título do trabalho: Serviço Social e tradição marxista: notas sobre a teoria social crítica.

Autores:

Adriana de Azevedo Mathis¹

Joana Valente Santana²

GT: Marxismo e Ciências Humanas

1. Introdução

O recorte privilegiado deste artigo refere-se à influência da tradição marxista no Serviço Social que se manifesta, particularmente, no debate sobre a formação profissional e a constituição de uma massa crítica na área, nos anos 80 e 90 do século XX, responsável por grande parte dos avanços registrados nas produções acadêmicas, da graduação e pós-graduação dessa profissão, tendo como referencial teórico de análise a teoria social crítica de Marx.

Na história recente do Serviço Social, registra-se um crescimento exponencial de investigações teórico-práticas e formas de intervenção na sociedade, baseada em uma perspectiva de totalidade na apreensão da dinâmica da vida social, fundamentada no aporte do pensamento crítico que ultrapassam, consideravelmente, as visões politicistas, economicistas e culturalistas, principalmente no campo das políticas públicas.

Este trabalho tem como principal objetivo resgatar determinadas categorias de análise inerentes ao referencial teórico-metodológico da teoria social crítica de Marx, com enfoque no conhecimento do ser social, em contraponto às chamadas ciências sociais. Na seqüência pretende-se retomar e atualizar o debate sobre a influência da tradição marxista na formação profissional do Serviço Social.

¹ Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Adjunto II da Faculdade de Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

² Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Adjunto II da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. As respectivas autoras são professoras das disciplinas de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV (graduação) e Teorias Sociais e Serviço Social, com ênfase em Marx (Pós-graduação) e esse trabalho é resultado de um processo de reflexão

2. O debate teórico-metodológico entre a teoria social de Marx e as ciências sociais

Importa registrar que a partir do século XIX duas formas de produção do conhecimento vêm predominando nas análises sobre a vida social: as inspiradas no legado marxiano e na vertente positivista. Contudo, essas duas vertentes são distintas, antagônicas e excludentes no que se refere aos aspectos teórico-metodológicos de apreensão da realidade social e elaboração do conhecimento.

No âmbito da teoria social de Marx³, é importante frisar que a discussão metodológica realizada por Marx dá-se no momento em que a teoria social, legatária do movimento da Ilustração, é substituída pelas ciências sociais particulares, permitindo a deseconomização e a desistoricização da análise social, com a compartimentalização do saber entre a economia, a história e a sociologia. Essa divisão, contudo, impede a análise da sociedade burguesa numa perspectiva de totalidade e sua contradição fundamental, a saber, a contradição entre o caráter social/coletivo da produção e sua apropriação privada pela classe burguesa.

Embora a construção do método dialético não tenha sido central nas elaborações teóricas de Marx, pode-se afirmar que a explicitação do método na teoria marxiana vem a ser feita após um longo tempo de pesquisa, em que Marx persegue a compreensão da sociedade burguesa numa perspectiva de totalidade. O resultado de suas pesquisas – por volta 1857/58 - permite indicar o caminho de apreensão de seu objeto de estudo: Marx procura compreender a processualidade do ser social. Seus estudos têm por objeto de análise a gênese, constituição e crise da ordem burguesa.

Pode-se considerar que a preocupação com o aspecto metodológico aparece nas teorizações de Marx em “A Ideologia Alemã”⁴ e “A miséria da filosofia”⁵. Contudo, o texto em que há uma melhor exposição do método (de investigação) encontra-se em

conjunta sobre os conteúdos dessas disciplinas que tratam da incorporação da perspectiva marxista no Serviço Social.

³ A teoria social de Marx foi desenvolvida no século XIX, no momento em que se inaugurou um programa sócio-cultural, a modernidade, que tinha como princípio a potencialização da produção social e o livre desenvolvimento dos indivíduos sociais, cujo programa foi criado a partir da Razão Moderna, com base no movimento da Ilustração e quando ocorre, nesse mesmo século, o que Georg Lukács, *Marxismo e teoria da literatura*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 50 denomina de “decadência ideológica do pensamento burguês”.

⁴ Karl Marx e Friedrich Engels. *A Ideologia alemã*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

⁵ Karl Marx. *A miséria da filosofia*. São Paulo, Global Editora. Coleção Bases, nº 46, 2ª ed., 1989.

“Introdução à crítica da economia política”⁶, o qual foi escrito nos idos dos anos 50 (Século XIX), onde neste último texto Marx afirma:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento⁷.

Em contraposição a Hegel, para quem o real é concebido como resultado do pensamento, Marx no texto em referência afirma que

o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é *de modo nenhum* o processo da gênese do próprio concreto⁸.

Esta passagem explicita a relação sujeito-objeto, vinculada à noção materialista, presente na obra marxiana, que compreende o objeto como produto da história. O objeto pré-existe ao sujeito e não é resultado do pensamento, mas a apreensão do objeto só pode ser feita no plano do pensamento que capta o movimento do objeto, captura as determinações implícitas e reproduz como concreto pensado.

Diferentemente da teoria marxiana, a relação sujeito-objeto nas chamadas ciências sociais expressa uma relação de exterioridade. Um dos autores mais representativos dessa tradição de pensamento é Émile Durkheim⁹, para quem a subjetividade do indivíduo é definida exteriormente e coercitivamente a despeito de sua vontade, isto é, a conduta individual segue as regras definidas pela sociedade. Diz o autor: “Podemos assim representar-nos, de maneira precisa, o domínio da sociologia. Ele compreende apenas um grupo determinado de fenômenos. Um fato social se reconhece pelo poder de coerção externa que exerce ou é capaz de exercer sobre os indivíduos (...)”¹⁰.

Ao definir as regras metodológicas para observação dos fatos sociais, Durkheim¹¹ afirma, inicialmente, que esses devem ser considerados como coisas; o objeto da sociologia são os dados que devem ser observados. Essa observação, contudo, deve ser

⁶ Karl Marx. “Introdução [à crítica da Economia Política]”. In Karl Marx. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, 1974 (volume da coleção Os Pensadores).

⁷ Marx, *Introdução [à crítica da Economia Política]*, cit, p. 116-117.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 117.

⁹ Émile Durkheim, *As regras do método sociológico*, São Paulo, Martins Fontes, 1999.

¹⁰ Durkheim, *As regras do método sociológico*, cit, p. 10.

¹¹ Idem, *ibidem*.

realizada de forma neutra, com o abandono de todas as pré-noções, pois o objeto é exterior ao sujeito e deve ser estudado em si mesmo. “Portanto, considerando os fenômenos sociais como coisas, apenas nos conformaremos à sua natureza.”¹² . Assim, seguindo o método que garanta a máxima percepção objetiva do fenômeno, o sociólogo deve definir o objeto de seu estudo, elemento fundamental da verificação dos fatos, com vistas a sua explicação.

Em *História e consciência de classe*, particularmente no texto *O que é o marxismo ortodoxo*, Lukács¹³ trata da importância do método no contexto da obra marxiana. No texto em referência, o autor faz uma discussão acerca do que é o marxismo ortodoxo, revitalizando as principais teses de Marx, tendo em vista as críticas e as distorções sofridas pela obra marxiana. Destaca, fundamentalmente, que a ortodoxia marxista vincula-se ao método dialético, tal como formulado por Marx. De acordo com o autor:

O marxismo ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma “fé” numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro “sagrado”. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário, e exclusivamente, ao *método*¹⁴.

Segundo Lukács¹⁵ (1974) a teoria tem a função de permitir a uma classe conhecer a si mesma e a sociedade, sendo, portanto, sujeito e objeto do conhecimento, com vistas à revolução social. Daí a importância do método dialético para conhecer e transformar a sociedade. O método das ciências da natureza não permite a apreensão do caráter histórico dos “fatos”, estes que são produtos de épocas históricas determinadas.

Considera-se que o método elaborado por Marx é absolutamente atual para compreender as contradições produzidas na sociedade burguesa, com vistas a superá-la. A teoria social distingue-se das ciências sociais justamente por ter a clara dimensão de que não é possível recortar um campo particular do saber, separar da realidade e analisar de forma a-histórica. Qualquer fenômeno é articulado a uma dimensão de totalidade e só pode ser compreendido no seu próprio movimento marcado por condições históricas.

As chamadas ciências sociais, contudo, vêm contribuindo para a manutenção de uma ordem específica: o modo de produção capitalista, influenciando, em particular, os intelectuais que tem como objeto de estudo, a sociedade. Assim sendo, a recuperação do debate existente entre a teoria social e as chamadas ciências sociais é imperativa, com

¹² Idem, ibidem, p. 29.

¹³ Georg Lukács. *História e consciência de classe*, Porto, Escorpião, 1974.

¹⁴ Idem, ibidem, p. 15.

¹⁵ Idem, ibidem.

vistas a esclarecer – e porque não alertar – os estudiosos que têm como objeto de análise, a vida social, como os intelectuais da área de Serviço Social, no sentido da compreensão dos elementos teórico-metodológicos da teoria social para o conhecimento (e intervenção) da/na sociedade.

3. O Serviço Social e a tradição marxista

Para refletir a relação entre o Serviço Social e a tradição marxista faz-se necessário uma incursão no processo de formação profissional recente. Desse modo, pode-se afirmar que, até meados da década de 60, o modelo tradicional de atuação no Serviço Social, não apresenta grandes polêmicas quanto as suas elaborações teórico-metodológicas. Nesse período, evidenciam-se as preocupações em torno das teorizações no Serviço Social¹⁶.

Netto¹⁷, ao analisar o período da “autocracia burguesa” e a relação com o Serviço Social vai assinalar que, nos idos dos anos 70, consolida-se no interior da categoria, dois processos de grande envergadura: 1) o Movimento de Reconceptualização, na América Latina, que aposta na revisão crítica radical do tradicionalismo profissional e propõe uma nova construção de uma teoria e práxis para o Serviço Social contrária à abordagem desenvolvimentista vigente na realidade latino-americana da época e; 2) o processo de renovação do Serviço Social brasileiro que busca novos recursos teóricos e interventivos que pudessem auxiliar os Assistentes Sociais nas suas práticas profissionais e que atendessem as demandas de qualificação exigidas pela ditadura militar na área das ciências humanas, não só no Serviço Social, como a necessidade de aperfeiçoamento técnico, científico e cultural dos profissionais na área de planejamento e implantação de projetos de desenvolvimento.

Como diz Netto¹⁸ no período da “autocracia burguesa”, já estão configuradas as três perspectivas teóricas do Processo de Renovação do Serviço Social: 1) a “perspectiva modernizadora”, de influência estrutural-funcionalista, que emerge na segunda metade dos anos setenta, propõe uma recuperação do tradicionalismo profissional sob novas bases; 2) a “reatualização” ou “nova roupagem” do conservadorismo, que tem como referência a fenomenologia, surge nos finais da década

¹⁶ No caso do Brasil, em particular, essas preocupações com a teorização vão coincidir com a instalação do regime militar.

¹⁷ José Paulo Netto, *Ditadura e Serviço Social - Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo, Cortez editora, 1991.

¹⁸ Idem, *ibidem*.

de setenta, e advoga uma metodologia genérica de ajuda psico-social, cujo marco referencial dessa proposta estava constituído pela tríade: diálogo, pessoa e transformação social e; 3) a “perspectiva de intenção de ruptura”, de inspiração marxista, na sua primeira fase, materializada no chamado Método Belo Horizonte, ocorre na década de setenta, no interior da academia, pretende uma crítica rigorosa da intervenção teórico-prática tradicional profissional, busca romper com antigas práticas conservadoras e introduz o pensamento marxista nos fóruns de debate da categoria.

Essa primeira aproximação com a tradição marxista, entretanto, foi realizada de forma enviesada, a partir de vulgarizações e interpretações equivocadas do pensamento de Marx. Somente a partir dos anos 80 (século XX), como observa Netto¹⁹, identifica-se a primeira incorporação bem sucedida, de fonte clássica, da tradição marxiana para a compreensão do Serviço Social. Nesse período, consolida-se um novo perfil intelectual do Assistente Social onde os avanços conquistados nas pesquisas investigativas da categoria, ao longo dos anos 80 e 90, vão ser tributárias da incorporação do marxismo no Serviço Social

Destarte, parece emblemático o debate²⁰ sobre as principais tendências presentes na compreensão da metodologia no Serviço Social e os seus desdobramentos no processo de ensino e formação dos assistentes sociais. Parte de uma perspectiva crítica das construções e intervenções profissionais, tais como: a relação entre teoria e prática no seio do Serviço Social, a concepção de prática social e prática profissional; a discussão sobre concepção de teoria e metodologia; existência de teoria ou teorias do Serviço Social; questões relacionadas à particularidade do Serviço Social.

Nessa direção, objetiva-se a reforma curricular do curso de Serviço Social, orientada e estimulada pela então Associação Brasileira de Ensino e Serviço Social (ABESS) e pelo centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), que tinham uma orientação crítica de denúncia e ruptura com o conservadorismo profissional.

Também, merece colocar em destaque, de forma breve, o documento de responsabilidade da ABESS/CEDEPSS, intitulado Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional, apresentado em 1995, que tinha como finalidade subsidiar as

¹⁹ Idem, *ibidem*.

²⁰ Esse debate foi promovido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) e pela então Associação Brasileira de Ensino e Serviço Social (ABESS), em 1987. Conta com a participação ativa de influentes autores da tradição marxista que ultrapassam os muros da categoria e tem como foco de análise o resgate de questões concernentes a disciplina Metodologia do Serviço Social (componente da grade do Currículo Mínimo de 1982).

discussões sobre a revisão curricular que junto com as entidades representativas da categoria procura assegurar uma direção crítica intelectual e política vinculada ao processo de reformulação curricular²¹.

Não resta dúvida que a direção social estratégica assumida pelo Serviço Social, nessa época, baseada no pensamento social crítico, embora não hegemônica no seio da categoria, teve, ao longo dos anos 80 e 90 (século XX), inúmeros avanços teórico-metodológicos, ético-político, e técnico-operativos.

Esses avanços profissionais são visíveis nos Códigos de Ética Profissional do Serviço Social de 1986 e de 1993 que rompem com a visão tradicional da profissão e a reflexão ética deixa de ser puramente teórica e passa a se constituir como um instrumento de intervenção prática. Registra-se no Código de Ética de 1986²² uma negação dos pressupostos filosóficos abstratos e idealistas do neo-tomismo²³ que influenciaram os três primeiros Códigos de Ética da Profissão.

Nesta angulação, considera-se que é preciso conjugar o código de ética profissional, com a qualidade da prática profissional, com a consciência política e com a organização da categoria. A reflexão ética apresenta-se como uma mediação entre o saber teórico metodológico e os limites e as possibilidades da prática profissional.

Merece destaque, no documento de revisão do Código de 1986, algumas considerações concernentes a visualização da profissão inserida em um espaço contraditório, com interesses de classes divergentes; de um lado, situa-se as esferas dos interesses do Estado e das classes dominantes e, de outro lado, estão as esferas de interesses das classes dominadas o que faz favorecer um clima de tensão na prática profissional e é necessário uma maior qualificação dos Assistentes Sociais no enfrentamento da questões.

²¹ Como diz Marieta Koike. “Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional”. *Revista Serviço Social e Sociedade*. n.50. Ano XXI. São Paulo, Cortez Editora, abril, 1996, p. 145, “esse processo é retratado na produção teórica, na organização política da categoria, nas reflexões éticas, na ampliação das pesquisas e nas mudanças operadas no próprio exercício profissional”.

²² Apesar do Código de 86 ter registrado avanços importantes na gestação de um novo perfil profissional, com um novo projeto societário, afinado com os interesses e necessidades das frações de classe trabalhadora, com uma nova ideologia no enfrentamento das políticas sociais, e com uma concepção filosófica de tendências marxistas, constata-se uma série de limitações desse Código que está muito atrelado à conjuntura política nacional da época, o que fez perder de vista a totalidade da prática profissional, constituindo-se mais num manifesto político partidário. Como era de se esperar a revisão do Código de 1986 não tardou e as demais entidades da categoria, expressas pelos seus devidos conselhos e associações, sinalizaram a insuficiência desse código de ética profissional, a partir da realização do Seminário de Ética, em 1991.

²³ O neotomismo constitui-se uma retomada dos princípios filosóficos de São Tomás de Aquino, que vai influenciar o Serviço Social latino-americano até meados nos anos 60 e 70.

Desse modo, a prática do Assistente Social aparece circunscrita em torno da viabilização dos direitos sociais e políticos em consonância com a defesa da cidadania²⁴. Assim sendo, a grande contribuição do Serviço Social é fazer valer a manutenção e implantação dos direitos sociais em relação à classe dominada.

Nesse período, afirma-se a maturidade teórico-metodológica do Serviço Social²⁵. Afirma-se um novo projeto profissional com um novo papel do Assistente Social distinto do profissional “executor terminal de políticas públicas” implementadas pelo Estado. Exigia-se um profissional com maior qualificação no desempenho de suas práticas e com uma maior influência na administração e planejamento das políticas sociais.

O Código de Ética 1993 expressa essa maturidade do profissional de Serviço Social e incorpora valores que vão se constituir nos princípios fundamentais desse Código, como: a liberdade, entendida enquanto autonomia, emancipação e expansão dos indivíduos sociais; cidadania, compreendida enquanto garantia dos direitos sociais; justiça social, para assegurar a universalidade dos bens e serviços coletivos aos programas e políticas sociais; democracia, incentivando o respeito à diversidade e a participação de todos (apresenta-se como um dos componentes básicos do código e trata-se do único padrão de organização política capaz de assegurar valores essenciais com a liberdade e a equidade); garantia do pluralismo²⁶ enquanto luta hegemônica entre tendências.

²⁴ Nos marcos do capitalismo contemporâneo, a questão da cidadania é bastante contraditória: ao mesmo tempo, em que o Estado liberal conservador propicia as condições jurídicas para a vigência dos direitos sociais, boicota com mecanismos próprios, qualquer iniciativa de um movimento das classes trabalhadoras em direção a conquistas de direitos. Essa tensão se materializa no debate teórico e na intervenção profissional do Serviço Social.

²⁵ Como evidencia José Paulo Netto. “A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social”. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, São Paulo, Cortez Editora, 2007, p 152, o Serviço Social é uma profissão - uma especialização do trabalho coletivo, no marco da divisão sócio-técnica do trabalho -, com estatuto jurídico reconhecido (Lei n,8.669, de 17 de junho de 1993); enquanto profissão não é uma ciência nem dispõe de teoria própria; estudos, investigações, pesquisas etc. e que produzam conhecimentos de natureza teórica, incorporáveis pelas ciências sociais e humanas. Assim, o Serviço social pode se constituir e se constituiu nos últimos anos como uma área de produção e reprodução de conhecimentos, apoiada inclusive por agências públicas de fomento à pesquisa como, por exemplo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico/CNPq).

²⁶ Como argumenta Marilda Iamamoto. “As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo”. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, São Paulo, Cortez Editora, 2007, p. 140 “é nos limites dos princípios assinalados, em que se move o pluralismo, que supõe o reconhecimento da presença de distintas orientações na arena profissional, assim como o embate respeitoso com as tendências regressivas do Serviço Social, cujos fundamentos liberais e conservadores legitimam o ordenamento social instituído. Porém, o pluralismo propugnado não se identifica com a sua versão neoliberal, em que as tendências profissionais são tidas como supostamente paritárias, mascarando os desiguais arcos de influência que exercem na profissão, os diferentes vínculos que estabelecem com projetos societários distintos e antagônicos, apoiados em forças sociais também diversas”.

A recente história da aproximação do Serviço Social com a tradição marxista que coincide com o movimento de redemocratização da sociedade brasileira, na década de 80, vai resultar em meados da década de 90 com a afirmação do debate em torno do projeto ético-político do Serviço Social de natureza progressista.

Atualmente, o projeto ético-político da categoria reflete o campo de tensões e lutas que atravessa o cotidiano profissional profundamente marcado por projetos societários antagônicos, no contexto social de políticas regressivas em detrimento dos interesses das frações de classe trabalhadora. Como demonstra Netto²⁷

é desnecessária qualquer argumentação detalhada para verificar o antagonismo entre o projeto ético-político que ganhou hegemonia no Serviço Social e a ofensiva neoliberal que, também no Brasil, em nome da racionalização, da modernidade, dos valores do Primeiro Mundo etc., vem promovendo (ao arripio da constituição de 1998) a liquidação de direitos sociais (denunciados como privilégios), a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação sistemática de uma política macro-econômica que penaliza a massa da população.

As conquistas realizadas no seio da profissão a partir da apropriação do pensamento crítico consolidaram numa parcela da categoria uma sólida base teórico-metodológica, combinada ao engajamento político nos movimentos organizados e nas instâncias de representação da categoria, somada ao aperfeiçoamento técnico-operativo no exercício profissional. Entretanto, o processo de reestruturação produtiva e a contra-reforma implementada pelo Estado brasileiro que opta por uma política conservadora e regressiva em relação aos direitos sociais e humanos, identificados no período recente, têm contribuído para a diminuição da hegemonia da *perspectiva crítica* no exercício interventivo da categoria e nos centros de formação. Assim, faz-se necessário pôr em pauta a discussão sobre a atualização e revivificação do pensamento crítico marxiano nos centros de formação e práticas profissionais como contraponto às tendências conservadoras do capitalismo.

4. Considerações finais

A teoria social de Marx, a nosso ver, pode ser considerada o caminho mais fecundo para o conhecimento do ser social, para o conhecimento dos fenômenos da vida social, tendo em vista que busca captar esses fenômenos em sua dimensão de totalidade. Ianni²⁸ nos lembra que a teoria marxiana é, pois, sempre crítica porque

²⁷ Netto. “A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social”, cit., p. 158.

²⁸ Octávio Ianni. *Construção da categoria*. [SD], p. 3-4.

parte da preliminar de que a realidade social não se dá a conhecer a não ser pela reflexão demorada, reiterada, obstinada (...). Na verdade, a realidade, os fatos, os acontecimentos precisam ser desmascarados, desvendados daí (...) [o] percurso contínuo entre o (...) que é a aparência e a essência, entre a parte e o todo, (...) o singular e o universal.

Em contraponto a essa tradição de pensamento, mais recentemente, na pós-graduação na área das humanidades, dentro e fora do âmbito do Serviço Social, observa-se o aligeiramento na formação profissional, demandado pelas agências de fomento à pesquisa, que em nome da pseudo-racionalização do conhecimento (de orientação neoliberal), estimula a produtividade acadêmica, ressaltando o caráter mais quantitativo do que qualitativo das pesquisas investigativas, empobrecendo a apreensão do conhecimento da natureza e da sociedade.

Destarte, identifica-se certo distanciamento em relação à apropriação teórico-metodológica, pautada na racionalidade crítica, com base no método dialético. De um lado, registram-se produções de caráter irracionalistas e idealistas. De outro, identificam-se visões empiristas, pragmáticas e descritivas da sociedade, o que expressa uma “nova versão” do processo de “decadência ideológica”, de matiz pós-moderna, do pensamento social contemporâneo.

A produção do conhecimento deve levar em consideração que a análise do ser social precisa ser vista em sua totalidade. Para isso é preciso ser ortodoxo – para lembrar a expressão lukacsiana – na escolha do caminho de apreensão da totalidade, que é a utilização do método dialético. Qualquer outro caminho levará a formulações abstratas, sem conexão com a realidade social. Os fenômenos, quaisquer que sejam, fazem parte da produção e reprodução da vida material e espiritual. Daí a necessidade de perceber as conexões do fenômeno singular com a universalidade (leis e tendências), postas na particularidade.

A validade da teoria social está precisamente em iluminar a possibilidade de leitura crítica da sociedade capitalista, bem como a compreensão do ser social; de permitir ao homem o conhecimento de si e da sociedade – como bem lembrou Lukács –; de valorizar o homem que produz a riqueza, a história e que, no entanto, não consegue perceber o seu papel devido, entre outros, ao caráter da alienação presente no processo produtivo. A teoria pode, assim, continuar alimentando a capacidade teórico-crítica daqueles que se voltam a compreender a contradição fundamental dessa sociedade e as conseqüências dessa contradição, e que buscam perspectivas de transformação para uma sociedade em que a liberdade do ser social seja efetivamente construída.